

Pedagogia da Humanidade: por uma Epistemologia Feminina Freiriana

Verone Lane Rodrigues*

Este artigo trata da construção do conhecimento sob uma perspectiva feminina a partir de uma formulação pedagógica inspirada nas idéias de Paulo Freire. A teoria freiriana relida sob o prisma da Teoria da Civilização do Oprimido considera as mulheres oprimidas como enunciadoras da ciência e da epistemologia e não apenas alvo de suas enunciações.

Palavras-chave

Paulo Freire, conhecimento,
Pedagogia do Oprimido,
gênero feminino.

* Doutoranda em Educação
pela Universidade de São
Paulo (USP), mestre em
Ciências da Educação pela
Universidade Lusófona e
pesquisadora do Instituto
Paulo Freire.

veronelane@terra.com.br

Só existe saber na reinvenção, na busca inquietante, impaciente e permanente que os homens fazem no mundo.

(Paulo Freire, 1978).

Os referenciais teóricos que inspiraram e fundamentaram a elaboração deste artigo estão contidos nos pressupostos básicos dos Paradigmas do Oprimido. Esta teoria é uma tentativa de reinvenção, por ampliação de seu universo de aplicação, de uma das mais poderosas formulações de Paulo Freire que, na Pedagogia do Oprimido (Freire, 1978: 46), afirmou: “Por isto é que somente os oprimidos, libertando-se, podem libertar os opressores. Estes, enquanto classe que oprime, nem libertam, nem se libertam”.

Da mesma forma, tentando atender à admoestação de Paulo Freire, de que suas idéias não deveriam ter discípulos, nem ser repetidas, mas recriadas em cada contexto, tem sido feito um esforço no sentido de interpretar os Paradigmas do Oprimido na perspectiva feminina, considerando que as mulheres, de uma maneira geral, em nossas formações sociais, são silenciadas e oprimidas, até mesmo nos universos de oprimidos.

Se a teoria da civilização do oprimido for desenvolvida sob esta perspectiva, somente a mulher, enquanto personagem – o substantivo comum de dois gêneros, aqui, é proposital – historicamente oprimida, é capaz de se autolibertar da relação machista e, em assim fazendo, libertar seu opressor masculino da alienação de oprimir os outros gêneros.

Parte-se das mesmas linhas norteadoras da epistemologia freiriana, dando ênfase ao pressuposto de que a pirâmide gnosiológica está invertida, por mais que os oprimidos e oprimidas tenham a tentação de hospedar seus (as) opressores (as), como afirmava Paulo Freire ao lembrar que “hospedando o opressor cuja sombra eles introjetam, são eles e ao mesmo tempo são o outro” (Freire, 1978:52), e ler o mundo com os olhos alheios. Ou seja, é muito forte a hipótese que considera os da base da pirâmide social como portadores de melhores condições para estarem, por causa de sua situação social, no cimo da pirâmide do conhecimento.

Assim, quem é oprimida ou oprimido do ponto de vista econômico, político, social e cultural, tem mais possibilidade de enxergar melhor, mais criticamente, a realidade em que vivem os seres humanos da sociedade imediata e mediata, do que o que se encontra no topo da pirâmide social.

Mas, como isto é possível, se as oprimidas e os oprimidos, na maioria das vezes, passam a se referenciar em suas idéias, valores, projeções, aspirações e ideais de suas opressoras e opressores?

Esta inquietante indagação é um permanente problema nesse grupo de investigação. Afinal, Marx tinha ou não razão, quando afirmou que as idéias dominantes nas sociedades classistas são as idéias das classes dominantes?

E, no caso específico da mulher, sua tendência, neste particular, não seria a de reproduzir as categorias masculinas, ao analisar o mundo e formular projetos pes-

soais e sociais? Como é possível, então, a elaboração e a formulação específicas do pensamento das oprimidas? As poucas legitimações sociais das expressões científicas femininas não fariam parte daquela astúcia masculina, consciente ou inconscientemente presente nos processos de cooptação, que silencia formulações mais perigosas e ameaçadoras de sua hegemonia na comunidade do conhecimento?

Todas estas questões, aplicáveis, também, ao universo da opressão que se dá apenas entre homens, não são muito fáceis de serem todas respondidas no espaço curto de um artigo. O que se faz, portanto, a seguir, são algumas provocações e indicações de rumos para futuros estudos e pesquisas mais aprofundados sobre esta temática, como também, para que a Sociedade do Conhecimento² não seja um apenas um banquete para os homens, servidos pelas mulheres.

Em suma estas reflexões são fundamentais, tanto para a produção do conhecimento, quanto para a atuação política e, por que não dizer, para a construção da felicidade de todos os seres humanos.

Astúcia dos opressores e das opressoras

“Astúcia” era um termo que Paulo Freire usava para designar os processos e procedimentos dos(as) dominadores(as) sobre os(as) dominados(as), sem o uso da violência física (Freire, 1995: 23). Em outros termos, astúcia traduzia, para ele, a dominação pela cooptação, pela violência simbólica, pela força do argumento e não pelo argumento da força. Assim, é astúcia dos(as) opressores(as) convencerem seus(as) oprimidos de que as coisas são assim, porque assim sempre o foram; ou que suas idéias, valores e projeções são os mais válidos e os mais desejáveis. Tanto em um caso, como no outro, a astúcia está em convencer outrem de que a realidade histórica é natural – Paulo Freire reforçava o perigo mesmo de uma naturalização das relações sociais – e de que uma determinada perspectiva de ver o mundo é a única perspectiva de ver o mundo.

A astúcia está, também, na identificação do particular com o geral, do singular com o universal. Foi assim, na Revolução Francesa, por exemplo, quando a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão identificou um gênero homem com a humanidade inteira.

Diante deste raciocínio, aflora-se mais um problema para as(os) oprimidas(os): Como superar a astúcia opressora, sem substituí-la por uma astúcia oprimida? E, no caso específico das mulheres, como superar a pretensão masculina da universalidade, sem cair na mesma pretensão, identificando apenas o gênero que se liberta com a humanidade inteira? Uma “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã³” não seria a mesma astúcia na perspectiva feminina?

A interação dos dois lados seria o ideal, mas esbarra, de início, na própria língua portuguesa e na linguagem, que, na maioria das vezes, não têm termos capazes de exprimir os dois gêneros ao mesmo tempo, respeitando suas identidades próprias.

Por aí, já dá para se perceber o tamanho da tarefa a que se propõe a quem quer

encontrar caminhos para a superação da astúcia mencionada.

Não será a simples troca de papéis sociais, ou seja, a substituição do discurso masculino pelo feminino que levará a um real comprometimento com a transformação social, que deve incluir todos e todas, homens e mulheres, em um mundo mais humanizado e mais justo.

O interesse maior de todas essas indagações e questionamentos reside em submeter à ideologia proclamada e defendida pelos grupos hegemônicos ao crivo da crítica, no sentido de reclamar o respeito às identidades específicas e desejáveis, já que a riqueza humana não está nas regularidades, nem na homogeneidade, mas nas diferenças e na heterogeneidade.

As relações de assimetria social entre homem e mulher foram formuladas e incorporadas historicamente, ou seja, tiveram um início, em contextos específicos, e, por isso, podem ser mudadas mas têm sido apresentadas até hoje como naturais e imutáveis, cujos efeitos consolidam a reprodução e aprofundam as desigualdades sociais e a infelicidade humana.

As diferenças, que poderiam servir de base para o desenvolvimento de outros olhares sobre o conhecimento, criariam outros lugares de enunciação, cujos sujeitos têm sido apenas objeto de enunciados. Porque há uma especificidade do pensar feminino, calcada não apenas nos condicionamentos e no tráfico ideológico da dominação masculina, mas nas determinações históricas⁴, necessárias e contingentes. E este papel começa a se configurar quando o ser humano percebe-se como determinado historicamente.

Para o pensamento burguês, é muito difícil admitir a liberdade no contexto da determinação. Na perspectiva freiriana, o processo de libertação começa com o reconhecimento de nossa determinação. O pensamento ocidental, branco, masculino e católico hegemônico opõe liberdade e determinação; o pensamento contra-hegemônico integra a liberdade no processo de reconhecimento como conscientização da determinação.

Assim, a ênfase freiriana que pode ser dada a esta questão é a de compreender como as mulheres oprimidas elaboram e constroem seu conhecimento quando encaminham seus entendimentos e suas vidas, respectivamente, para uma leitura crítica do mundo e para a luta por sua própria emancipação.

Não se trata da revolução sexual radical que pretende substituir a hegemonia masculina pela feminina; não se trata de construir processos violentos que tornam a mulher inimiga do homem, seu opressor histórico mas de ler, criticamente, a realidade, buscando espaços de inclusão de oprimidas(os) e opressoras(es) re-humanizados, isto é, libertas(os) da alienação que lhe impôs, em níveis diferentes, as relações de opressão.

O descrédito, a desqualificação e a indiferença olímpica masculina à voz e à obra das oprimidas, na maioria das vezes, é parte de um jogo político e, não, de uma discussão epistemológica, porque as produções femininas não têm merecido a análise crítica ampla e profunda de que são objeto as obras produzidas pelos homens.

Em geral, predomina o preconceito de que são produções inferiores, já que às mulheres falta objetividade masculina, ou, no mínimo, são impregnadas pelas subjetividades sentimentais.

Razão e sensibilidade parecem não combinar no discurso predominante na comunidade científica, na medida em que a objetividade da ciência domina soberanamente as demais possíveis interpretações da realidade.

Se a busca da conquista do espaço público que na maioria das vezes, ao longo da história, foi considerado restrito apenas aos homens, tem avançado, a ocupação dos territórios científico e epistemológico tem encontrado a mais ferrenha resistência, talvez, porque aí esteja uma das mais poderosas armas da libertação feminina, no contexto da Sociedade do Conhecimento.

O desafio está em aceitar as mulheres como enunciadoras e, não apenas, como objeto da enunciação científica e epistemológica.

E, neste sentido, a própria epistemologia tem de ser superada por outro olhar sociológico porque se se permanece no campo epistemológico, as mulheres levam uma grande desvantagem, dado o sexismo lógico da produção neste campo da atividade humana.

O local e a perspectiva de elaboração do conhecimento hegemônico têm impedido a abertura de novos locais gnosiológicos, eclipsando a percepção de outras perspectivas epistemológicas, ou seja, de outros olhares e de outros enunciados.

Os outros locais gnosiológicos, as outras perspectivas epistemológicas, os outros olhares e os outros enunciados, se quiserem fazer avançar o processo civilizatório, não podem agir da mesma maneira, hegemônica, universalista, exclusivista, como agem a ciência e a teoria da ciência que seguem os ditames de uma pedagogia bancária. A (cons)ciência e a Pedagogia “das” Oprimidas e “dos” Oprimidos e não aquela feita para elas(es) devem substituir as anteriormente mencionadas, na medida em que são processos de enunciação e, não, enunciados; são movimento, e não estruturas são proposições e não discursos; são anúncios.

Esta pedagogia freiriana é, no fundo, uma Pedagogia da Humanidade, porque seus objetivos não cobrem apenas uma parte da humanidade, mas a humanidade inteira, homens e mulheres, de todas as idades, de qualquer etnia ou condição social, de qualquer orientação política, religiosa ou opção afetiva sexual.

Esta é a luta das mulheres no novo século, isto é, a marcha da libertação das mulheres no século XXI passa, obrigatoriamente, por uma luta freiriana pela igualdade politizada e gnosiológica. Reafirmando as idéias de libertação, no sentido, de que em uma sociedade universalmente inclusiva, todas e todos são sujeitos, inclusive de enunciações específicas.

Esta foi uma das principais, senão a mais importante, contribuições de Paulo Freire para a humanidade: uma teoria da libertação de homens e mulheres por meio do processo educacional-pedagógico – que é cultural e, por isto mesmo, político e gnosiológico –, já que a ontologia distintiva humana é a capacidade de ter esperança de ser mais. Esta busca reforça a ontologia humana daquelas e daqueles

que vivem a permanente tensão entre o que são – incompletos (precisam do/a outro/a), inconclusos (estão em evolução, em mudança permanente) e inacabados (são imperfeitos) – e o que querem ser (mais).

Teorização Feminina

Geralmente as indagações a respeito das temáticas femininas estão permeadas, ora pela exacerbação dos ataques feministas radicais, ora pela inibição da resistência das mulheres que não querem ser caricaturadas por estereótipos.

Gutierrez (1985) já alertava que o feminismo não poderia ser confundido com um machismo às avessas, porque deve ser uma prática política contrária a misoginia do patriarcado e não deve significar, tampouco, a restauração do matriarcado, nem sequer a implantação de uma ginecocracia. A autora considera que a grande preocupação da sociedade machista em relação ao movimento feminista repousa no pensamento de que cada vitória feminina significa uma derrota masculina, ou seja, que há uma hierarquização do pensamento no sentido da perda de privilégios conquistados à custa da dominação e opressão. O movimento feminista, muitas vezes, pejorativamente interpretado, ao ser considerado como uma mobilização de mulheres mal-amadas, se comparadas àquelas bem-amadas, ou seja, às tratadas como bibelôs, aduladas, em troca de passividade, docilidade e submissão. Na verdade, há uma confusão relacionada ao tipo de amor que as mulheres desejam, ou seja, um amor sem apropriação, maduro, mais humano.

Quando se afirma que há a necessidade de resgatar a identidade feminina, contemporaneamente, o que se está querendo ressaltar é a autoapropriação, a autoconscientização do próprio corpo feminino, no sentido de sua assunção responsável para que questões como a da maternidade, por exemplo, estejam fundamentadas no senso de responsabilidade, sem repressão sumária dos desejos.

As identidades femininas serão erigidas com instrumentos de transformação somente quando as análises de seus contextos históricos forem levadas em consideração.

Muitas críticas são feitas a respeito da exclusão que os movimentos marxistas fazem em relação ao trato das questões feministas, considerando alguns itens essenciais à luta das mulheres como questões menores, na medida em que dificultariam a visibilidade da luta de classes.

O movimento feminista traz, em seu bojo, a potencialidade revolucionária, na medida em que tenta reverter, consciente ou inconscientemente, os resultados da provável primeira luta de classes da história da humanidade. Luta travada ainda nas longínquas comunidades da Pré-história⁵ e que, segundo Reich (s/d), permitiu ao gênero masculino a transformação do matriarcado em patriarcado, com vistas a garantir a linha da herança dos bens acumulados.

Além de demonstrar a determinação econômica em última instância, este mesmo pensador deu uma importância enorme à luta entre homens e mulheres – e,

por isso, constitui uma exceção no universo dos pensadores marxistas –, comprovando, cabalmente, que para garantir o controle do produto social, os homens tiveram de impor uma profunda opressão às mulheres especialmente por meio da monogamia e criando o tabu generalizado nas sociedades burguesas, que determina a estruturação da família fundamentada no patriarcado e na exaltação da mulher apenas como objeto do prazer masculino e como mãe, confinada no espaço doméstico.

Na abordagem da teorização feminina pode ser feita uma distinção, duas perspectivas: uma mais tradicional que as considera como alvo dos enunciados masculinos, isto é, como meros objetos de conhecimento, e outra, mais recente, voltada à retirada dos véus que encobrem a competência epistemológica feminina, que as considera produtoras de conhecimento e de teorias.

Relativamente à primeira, são raras as editoras brasileiras que reservam espaço para livros sobre as mulheres ou sobre o gênero feminino. Em algumas bibliotecas e livrarias do país, por exemplo, é comum a dispersão das obras e dos artigos nas estantes e nas mais diversas coletâneas sobre áreas do conhecimento, dificultando sua localização. Essa dispersão da bibliografia que versa sobre mulheres, feminismo, gênero, sexualidade, família, entre outros temas, exige muito esforço e perseverança da pesquisadora e do pesquisador que faz os levantamentos bibliográficos iniciais. Não há dúvidas, em contrapartida, de que a produção sobre essa temática tem se avolumado muito nas últimas décadas. Mas, da mesma forma, são raras as edições de livros de história da educação em que sejam citadas as educadoras brasileiras que contribuíram para a formação de um pensamento pedagógico contemporâneo.

Em relação à segunda perspectiva, a do reconhecimento efetivo e da abordagem das obras de autoria feminina, pode-se, também, caminhar em um terreno minado. Em geral, essas produções são avaliadas por um seleto quadro de “experts” acadêmicos, predominantemente masculinos, e que podem apresentar evidentes preconceitos sobre a competência da elaboração científica feminina, até mesmo na área das Ciências Sociais e das Humanidades.

Aguiar (1984) chama a atenção para a necessidade de complementação entre dois contextos aparentemente antagônicos: o acadêmico e os demais espaços de circulação e atuação das mulheres, permitindo avançar para além das suspeitas da inferioridade científica e epistemológica da produção feminina. O espaço acadêmico e o movimento feminista, por exemplo, podem contribuir complementarmente para uma análise crítica da produção do conhecimento. Segundo esta autora, esses espaços ou “loci de enunciação” evidenciam suas complementaridades e são capazes de desvelar as dúvidas que recaem sobremaneira sobre este tipo de produção:

A primeira lança suspeitas sobre qualquer relação entre práticas institucionalizadas – nas universidades ou em outros espaços – e o feminismo, endossando a perspectiva de que a razão derrota a paixão. A segunda postura admite a participação de mulheres universitárias no feminismo, uma vez que nem a paixão

dá conta da diversidade encontrada em um país do porte do Brasil, notório por suas desigualdades. Assim sendo, só uma aliança com professoras e pesquisadoras universitárias no feminismo poderia colocar em relevo toda a variedade das condições de vida das mulheres, subsumindo essa outra posição no mote de que a paixão desinformada não enxerga longe.

Já nas universidades, enfatiza-se a possibilidade de o conhecimento despertar um desejo de mudança (...). O conhecimento, portanto, também é gerador de utopias e de paixões (1997: 10).

Mais recentemente tem ocorrido um esforço no sentido da promoção do reconhecimento acadêmico sobre a produção intelectual feminina e, no caso da pesquisa freiriana que está sendo realizada, sobre as pedagogias produzidas sob este olhar desvelador que é específico das mulheres oprimidas.

Pensar uma teorização no âmbito das feminilidades requer esforço e leituras de mundo diferenciadas, pois exige, além da retirada de lentes masculinas, a libertação da dicotomia sexual, biológica, ahistórica, que tem justificado comportamentos de passividade e sujeição, ou de revolta radicalizada, que não restaura a busca da marcha freiriana civilizatória.

A teorização deveria sempre servir para fundamentar e compreender as relações entre homens e mulheres, com seus mundos específicos e complementares, suas realidades sociais cotidianas particulares e entrelaçadas.

Em suma, o que se necessita, no momento, é do reconhecimento da produção epistemológico-científica das mulheres, já que sua identidade social, econômica, política e cultural tem conquistado terreno apenas nas últimas décadas.

Aguiar (op. cit.) sugere que os contextos universitários devem reconhecer que a pesquisa dos núcleos de estudos sobre mulheres contribui, significativamente, para a ampliação e comunicação mais ampla do conhecimento científico, na medida em que a possibilidade de interlocução entre pares – com as mulheres assim, também reconhecidas –, permite a visualização de vários ângulos do mesmo ser ou fenômeno.

O interesse da autora deste artigo nesta temática volta-se, mais especificamente para a produção pedagógica feminina contemporânea, referenciada nas formulações de Paulo Freire⁶, no sentido de verificar se aí ocorreu a construção de um possível capítulo de uma Pedagogia da Oprimida. Em outras palavras, se a produção acadêmica das educadoras brasileiras, no final da década de oitenta, explicitamente inspirada no legado freiriano, conseguiu, a partir de uma outra perspectiva, com a contribuição de outros olhares, de outros lugares de enunciação, dar uma outra dimensão a uma proposta pedagógica considerada das mais revolucionárias da segunda metade do século XX.

Rodrigues (2003) já se debruçara em sua dissertação de mestrado sobre o que poderia ser considerado o vestíbulo desta problemática ao analisar como as professoras brasileiras, vivendo uma cidadania incompleta (burguesa) e mutilada (mais incompleta ainda, por causa do patriarcalismo) e se poderiam preparar as

crianças para o exercício pleno da cidadania como preconiza a legislação educacional brasileira.

A preocupação que desenvolve atualmente em sua tese de doutoramento se volta para a produção teórica feminina brasileira que se debruça contemporaneamente sobre as questões da educação, de forma a construir uma formulação pedagógica específica, feminina e freiriana, e, por isto mesmo, capaz de superar as astúcias masculinas contidas nas pedagogias masculinas, por mais transformadoras e revolucionárias que sejam.

Notas

- ¹ O grupo Paradigmas do Oprimido tem investigado e desenvolvido coletivamente a Teoria da Civilização do Oprimido. São grupos de pesquisadores (as) das mais diversas áreas do conhecimento e de instituições brasileiras e estrangeiras pertencentes à Cátedra do Oprimido, vinculada ao Instituto Paulo Freire de São Paulo tem como principal hipótese a investigação da produção do conhecimento elaborada pelos oprimidos e oprimidas. Esta Cátedra, como tantas outras espalhadas pelo mundo, fazem parte da Universitas Paulo Freire (UNIFREIRE) e é coordenada pelo Prof. Dr. José Eustáquio Romão.
- ² O termo Sociedade do conhecimento foi criado por Fritz Machlup, em 1962, que ao desenvolver estudos sobre a livre concorrência nos Estados Unidos da América, percebeu a emergência de um novo campo: o da produção do conhecimento.
- ³ O texto da Declaração dos Direitos da mulher e da cidadã é de 1791, e foi escrito por Olympe de Gouges e se encontra no apêndice do livro de: Bonacchi, G. e Groppi, A. (1985) O dilema da cidadania: Direitos e deveres das mulheres. São Paulo: UNESP, 1985.
- ⁴ Não entendidas como determinismo, mas como processos necessários e contingentes. Necessários por que resultantes das correlações de forças histórico-sociais específicas, e contingentes, porque possíveis de ser transformadas.
- ⁵ Aqui com aspas porque constitui um período histórico do processo civilizatório humano.
- ⁶ Estas idéias estão em desenvolvimento em estudos e pesquisas para a elaboração da tese de doutoramento, na Universidade de São Paulo (USP), no Brasil, sob a orientação do Prof. Dr. Moacir Gadotti, embasada na Teoria da Civilização Oprimida desenvolvida por J. E. Romão.

Referências bibliográficas

- Aguiar, N. (org.). (1984) Mulheres na força de trabalho na América Latina: Análises qualitativas. Petrópolis: Vozes
- Freire, P. (1978) Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Terra e Paz.
- Freire, P. (1995) Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar. 7. ed., São Paulo: Olho d'Água, 1995.
- Freire, P. (1997) Mentoring the mentor; A critical dialogue with Paulo Freire. New York: Peter Lang.
- Bonacchi, G. e Groppi, A. (1985) O dilema da cidadania: Direitos e deveres das mulheres. São Paulo: UNESP.
- Gutierrez, R. (1985) O feminismo é humanismo. São Paulo: Antares, 1985.
- Reich, W. (s.d.) A irrupção da moral sexual repressiva. São Paulo: Martins Fontes.
- Rodrigues, V.L. (2003) Docência da Oprimida: A cidadania imperfeita e mutilada da professora de Educação Básica, Dissertação de Mestrado, Programa de Mestrado em Ciências da Educação. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Romão, J.E. (2000). Dialética da diferença: O projeto da Escola Cidadã frente ao projeto pedagógico neoliberal. São Paulo: Cortez.
- Romão, J.E. (2002). Civilização do Oprimido. Campus Social. Revista Lusófona de Ciências Sociais, n.º 1, 2004, p. 31-47.
- Saffioti, H. (1984) Mulher brasileira: opressão e exploração. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.
- Saffioti, H. (1979) A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. Rio de Janeiro: Vozes.